



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNPG – 06/05/2013
ATA 08/2013

2
3
4
5 Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos, na
6 Sala de Reuniões da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, Brasília-DF, em Reunião Extraordinária
7 do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União,
8 estiveram presentes os Excelentíssimos(as) Senhores(as) Doutores: Marcus Renan Palácio,
9 representando Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procuradora-Geral de Justiça do
10 Ceará; Ana Luiza Osório, representando Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de
11 Justiça do MPDFT; Eder Pontes da Silva, Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Benedito
12 Torres Neto, representando Lauro Machado, Procuradora-Geral de Justiça de Goiás; Regina Lúcia
13 de A. Rocha, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra de Carvalho,
14 representando Paulo Prado, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Marcos Antônio Neves,
15 Procurador-Geral de Justiça do Pará; Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Rio
16 de Janeiro; Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte,
17 presidindo a presente reunião por delegação da Presidência; Ivory Coelho Neto, Procurador-Geral
18 de Justiça Interino do Rio Grande do Sul; Gianpaolo Smanio, representando Márcio Fernando Elias
19 Rosa, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo; Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de
20 Justiça de Sergipe; Vera Nilva Alvares Rocha, Procuradora-Geral de Justiça de Tocantins; Marcelo
21 Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar e Procuradora Heloisa Maria Moraes
22 Rego Pires, representando o Procurador-Geral do Trabalho, Luís Antonio Camargo. Iniciando os
23 trabalhos, Doutor Manoel Onofre, presidindo a reunião em face da ausência justificada do
24 Presidente do CNPG, saudou os presentes, em especial ao anfitrião, Dr. Marcelo, PGJ do MPM,
25 agradecendo-lhe pela excelente recepção. Após, Dr. Onofre falou que a presente Reunião
26 Extraordinária fora marcada para que fossem tratados assuntos urgentes relativos à mobilização
27 do MP contra a PEC 37. Falou da Reunião do dia 30 de abril passado, com o Presidente da Câmara,
28 Ministro da Justiça, Presidente do CNPG, Presidente da CONAMP e representação das Polícias,
29 sendo o resultado da Reunião a criação de um grupo de Trabalho para análise das seguintes
30 propostas apresentadas pelo Ministro da Justiça: Repartição de Competências na investigação
31 criminal entre MP e polícias; Regramento do Procedimento Investigatório nas áreas civil e
32 criminal; O papel do Ministério Público frente as polícias, questão do Controle Externo da Atividade
33 Policial. Falou que a criação do referido grupo foi basilar para a construção de um diálogo bastante
34 positivo com o Congresso Nacional e o Ministério da Justiça, sendo demonstrada pelo Presidente
35 do CNPG, integrante da comissão, uma postura bastante transigente para os temas apresentados
36 pelo Ministro da Justiça. Após, Dr. Onofre, conforme deliberado na Reunião anterior, apresentou
37 ao Colegiado um Cronograma Semestral da mobilização dos PGJs no Congresso Nacional, o qual
38 foi aprovado, ficando cada PGJ fazer as adaptações necessárias conforme as agendas ministeriais.
39 Pedindo a palavra, Dr. Marfan, PGJ/RJ colocou a disposição do CNPG a assessora parlamentar do
40 RJ, Maria Júlia. Dr. Onofre agradeceu o apoio do PGJ do RJ. Após, Dr. Onofre falou que na próxima
41 reunião do CNPG seria distribuída a compilação do material investigativo do CNPG. Também
42 abordou que enviaria ao Colegiado material acerca da alteração legislativa para a lei da
43 Improbidade, também falou sobre a PL 132/2013, lei dos delegados, onde falou sobre o problema
44 do livre convencimento na condução do inquérito policial, com possibilidade de questionamentos
45 das requisições do MP e do Judiciário. Em seguida, foi aprovada pelo Colegiado Nota de Apoio ao

1 Judiciário Brasileiro e repúdio contra a PEC 33, que, juntamente com a PEC 37, constituem
2 retrocessos à democracia brasileira. Todos os presentes, usaram da palavra para demonstrarem
3 empenho na mobilização contra a PEC 37, asseverando-se o caráter da importância dessa luta em
4 uníssono para o Ministério Público Brasileiro. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada
5 a sessão, sendo por mim, Adrio Nobre Leite, Secretário-Executivo, lavrado a presente ata.

6

7

Manoel Onofre
Presidente da Reunião

8

9

10

11

12

Adrio Nobre Leite
Secretário-Executivo do CNPG